



Diário Oficial

ATOS DO MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL

DECRETO Nº 093/2010

SÚMULA: Nomeia Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pirai do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Complementar nº 001, de 07 de janeiro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. PAULO CÉZAR TONON, CPF 447 786 009 91; RG 1 465 195, para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em, 27 de maio de 2010

ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 034/2010

Contratante: Município de Pirai do Sul
Contratado: Distribuidora de Medicamentos São Marcos Ltda EPP
Objeto: Materiais para prevenção da Influenza A, Secretaria de Saúde.
Valor: R\$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais)
Licitação: Pregão, na forma presencial nº 012/2010
Assinatura do Contrato: 11/05/2010
Término do Contrato: 31/12/2010

LEI Nº 1757, de 27 de maio de 2010

SÚMULA: Institui o Fundo Municipal de Saúde – FMS, e dá outras providências.
A Câmara Municipal aprovou e eu, ANTONIO EL ACHKAR, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde – FMS, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de Saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal da Saúde, que compreendem:

- I – O atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizada e hierarquizada;
- II - A vigilância Sanitária;
- III - A vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo;
- IV - O controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO II

SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art. 2º O Fundo Municipal de Saúde ficará diretamente subordinado ao Secretário Municipal de Saúde e será uma Unidade Gestora de Orçamento, conforme o artigo 14 da Lei Federal nº 4320/64;

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º São atribuições do Secretário Municipal de Saúde:

- I - Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;
- II – Decidir, acompanhar e avaliar a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;
- III - Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de Aplicação dos recursos a cargo do Fundo Municipal de Saúde, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV - Submeter ao Conselho de Saúde trimestralmente, em audiência pública, as demonstrações das receitas e despesas do Fundo Municipal de Saúde; ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Saúde as demonstrações bimestrais, semestrais e anuais conforme for a exigibilidade de cada órgão;
- V - Ordenar compras, assinar empenhos, autorizar pagamentos, assinar cheques ou autorizar eletronicamente os pagamentos das despesas referentes ao Fundo Municipal de Saúde, juntamente com o Prefeito Municipal ou a quem ele delegar competência;
- VI - Firmar contratos e convênios, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito Municipal, referente a recursos que serão administrados diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde;
- VII - Manter contato permanente com o Setor de Contabilidade do Município a fim de acompanhar a execução orçamentário-financeira dos recursos do Fundo Municipal de Saúde bem como solicitar regularmente relatórios para acompanhamento, controle e prestação de contas dos recursos alocados ao referido fundo;
- VIII - Manter o controle e a avaliação da produção das Unidades integrantes do Sistema de Saúde do Município em conjunto com a Tesouraria;
- IX - Manter, em conjunto com o Setor de Patrimônio do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IV

CONTABILIDADE

Art. 4º São atribuições da Contabilidade:

- I - Preparar as demonstrações mensais das receitas e das despesas para serem encaminhadas ao Secretário Municipal de Saúde;
- II - Manter os controles e providenciar as demonstrações necessárias à execução orçamentária, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo Municipal de Saúde;
- III - Manter os controles necessários sobre convênios com Órgãos Estaduais e/ou a Secretaria de Estado da Saúde ou com o Ministério da Saúde;
- IV - Controlar os contratos de prestação de serviços com o Setor Privado e/ou os empréstimos feitos para o Setor de Saúde do Município;
- V - Manter em coordenação com o Setor de Patrimônio o controle dos bens patrimoniais a cargo do Fundo Municipal de Saúde e realizar anualmente o inventário dos mesmos, bem como o balanço geral do Fundo Municipal de Saúde;
- VI - Preparar relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Secretário Municipal de Saúde;
- VII - Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde e encaminhar mensalmente ao Secretário Municipal de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação desta produção.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º Recursos Financeiros são as receitas do Fundo

Municipal de Saúde compreendendo:

- I - As transferências oriundas da seguridade social como decorrência do que dispõe o Artigo 30, inciso VII, da Constituição da República, dos orçamentos do Estado e do Município;
- II - Os rendimentos e os juros de aplicações financeiras;
- III - O produto de convênios firmados com o SUS - Sistema Único de Saúde e com outras entidades financiadoras;
- IV - O produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadações de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;
- V - As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênios no setor;
- VI - Rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais, alienações patrimoniais e rendimentos de capital;
- VII - Doações, ajudas ou contribuições em espécies efetuadas diretamente ao Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º As receitas descritas neste capítulo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em nome do Fundo Municipal de Saúde em estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

- I – Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;
- II - De prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VI

ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde:

- I - Disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial, oriundas das receitas já especificadas nesta Lei;
- II - Direitos que por ventura vier a constituir;
- III - Bens móveis e imóveis que forem destinados e/ou doados, com ou sem ônus ao Sistema Único de Saúde;
- IV - Bens móveis e imóveis destinados a administração do Sistema de Saúde de Município;

Parágrafo Único: Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII

PASSIVOS DO FUNDO

Art. 7º Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VIII

ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DO FUNDO

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará as seguintes considerações:

- I – O Fundo Municipal de Saúde será uma Unidade Orçamentária, conforme o artigo 77, § 3º do ADCT de acordo com a Emenda Constitucional nº 29;
- II - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o Programa de Trabalho governamentais observados: o Plano de Saúde Municipal, o

Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio;

III - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do município, em obediência ao princípio da unidade;

IV - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará, na sua elaboração e na execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 9º A Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde atenderá ao disposto a seguir:

- I - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente;
- II - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, e de informar, inclusive de apropriar, e apurar custos de serviços, e consequentemente de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos;
- III - A escrituração Contábil será feita pelo método das partidas dobradas;
- IV - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços;
- V - Entende-se por relatório de gestão os balancetes mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente;
- VI - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

CAPÍTULO IX

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10 A Execução Orçamentária observará as seguintes normas:

- I - Imediatamente após a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Secretário Municipal de Saúde, aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde;
- II - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, desde que sejam observados os limites fixados no orçamento e o comportamento da sua execução;
- III - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária;
- IV - Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo.

Art. 11 A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá da seguinte forma:

- I - Financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, ou com ela conveniados;
- II - Pagamento de vencimentos, salários e gratificações ao pessoal dos órgãos ou das entidades da administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no artigo 1º da presente Lei;
- III - Pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor de saúde, observado o disposto no parágrafo 1º, artigo 199 da Constituição Federal;
- IV - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas de saúde;
- V - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação dos serviços de saúde;
- VI - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;
- VII - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área da saúde;



Diário Oficial

ATOS DO MUNICÍPIO DE PIRAI DO SUL

PÁGINA - 02

PIRAÍ DO SUL, 27 DE MAIO DE 2010

ANO 2 - Nº 218

VIII - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de saúde mencionados no artigo 1º da presente Lei;
IX - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir por lei, crédito adicional suplementar ou especial, para prover as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 13 Eventuais saldos positivos apurados em balanço do Fundo Municipal de Saúde serão transferidos para o exercício financeiro subsequente a crédito da mesma programação.

Parágrafo Único: Após o total cumprimento do Quadro de Metas do ano em exercício, poderá haver mudança de programação desde que previamente autorizada pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 14 O Fundo Municipal de Saúde terá vigência por prazo ilimitado.

Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em, 27 de maio de 2010


ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 121/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando necessidades de serviço;

RESOLVE:

1. Lotar os servidores públicos abaixo descritos na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Antidrogas - Posto de Bombeiros Comunitários, a partir de 18 de maio de 2010.

| NOME | MATRÍCULA | CARGO |
|------------------------------------|-----------|-------------------------------|
| Elinton Oliveira Carneiro | 7528 | Motorista |
| José Osni Flugel | 13558 | Motorista |
| Daniel Paulo Carneiro | 5452 | Motorista |
| Ilson César de Souza | 10570 | Auxiliar de Serviços Públicos |
| Clodoaldo Alves Castanho | 5037 | Vigia |
| Diego Josemar Mendes Pedrosa | 6190 | Trabalhador Braçal |
| Eni Aparecida Xavier da Silva | 7897 | Auxiliar de Serviços Gerais |
| Geonel Fernandes Teixeira da Silva | 9512 | Vigia |
| Lucimara Custodio de Oliveira | 16438 | Auxiliar de Serviços Gerais |
| João Aparecido Carneiro Martins | 11878 | Auxiliar de Serviços Públicos |

2. Registre-se, Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, em 18 de maio de 2010.


ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 122/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando necessidades de serviço;

RESOLVE:

1. Lotar a servidora pública Municipal MARLENE APARECIDA TALLAR DA SILVA, com a função de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, a partir de 21 de maio de 2010.

2. Registre-se, Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, em 21 de maio de 2010.


ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 123/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o vencido protocolado sob o nº. 1070 de 17 de maio de 2010;

RESOLVE:

1. Desligar a servidora Pública Municipal KATILAINE MAINARDES DE FRANÇA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a função de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", de suas atividades junto ao Município a partir do dia 14 de maio de 2010, por motivos particulares.

2. Registre-se, Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, em 25 de maio de 2010.


ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 124/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, no uso de suas atribuições legais e considerando o vencido protocolado sob o nº. 1045 de 14 de maio de 2010;

RESOLVE:

1. Desligar a servidora Pública Municipal ANA CRISTINA DA TRINDADE CALVETTE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a função de "AGENTE COMUNITARIA DA SAÚDE", de suas atividades junto ao Município a partir do dia 14 de maio de 2010, por motivos particulares.

2. Registre-se, Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Pirai do Sul, em 25 de maio de 2010.


ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002/2010

Súmula: Regulamenta a transferência dos projetos aprovados em 2009 para 2010 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.173/1999 de 14/04/1999, Lei nº 1535/2007 de 22/05/2007 e Lei nº 1607/2008 de 04/06/2008.

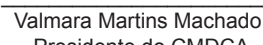
Considerando a deliberação da plenária realizada em 10/05/2010;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a transferência dos projetos aprovados em novembro de 2009 para execução em 2010.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir desta data.

Pirai do Sul, 27 de maio de 2010


Valmara Martins Machado
Presidente do CMDCA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta municipalidade em data de 27 de maio de 2010, em que figura como parte interessada a Secretaria Municipal de Educação, de molde a autorizar a dispensa de licitação, amparada no artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93, visando à contratação da empresa Rodo Service Veículos e Peças Ltda, CNPJ 10.349.569/0001-10, para realizar o conserto, com fornecimento de peças, do veículo Micro ônibus, placa ABK 6109, com o valor total de R\$ 10.521,88 (dez mil, quinhentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos), processo administrativo nº 1146/2010, procedendo-se nos moldes do parecer ali exarado.

Publique-se de acordo com as determinações legais.

Pirai do Sul, 27 de maio de 2010.


ANTONIO EL ACHKAR
Prefeito Municipal